

**CUT****FUP**

# JORNAL DO SINDIPETRO

## PARANÁ E SANTA CATARINA

Informativo do Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina | Ano XXXII | Nº 1373 | Julho de 2016

► **Pré-Sal**

# CRIME DE LESA PÁTRIA

Comissão da Câmara aprova projeto que entrega o pré-sal às multinacionais

A Comissão Especial da Câmara dos Deputados Federais que analisa o Projeto de Lei 4567/16 aprovou, na quinta-feira (07), por 22 votos o parecer do relator José Carlos Aleluia (DEM) que tira da Petrobrás a exclusividade na operação do Pré-Sal e acaba com a garantia que a empresa tem de participação mínima de 30% nos processos licitatórios para exploração dessas reservas.

Apenas cinco deputados da Comissão votaram contra o relatório. O PL 4567/16 segue agora para votação no Plenário da Câmara, onde pode ser aprovado com maioria simples dos votos.

Promessa de Serra

A proposta que deu origem ao PL 4567/2016 foi aprovada em fevereiro no Senado, através do PLS 131/2015, do então senador José Serra (PSDB/SP), atual ministro de Relações Exteriores, que desde 2010, quan-

do disputava a eleição presidencial, havia prometido à Chevron e às outras multinacionais acabar com o Regime de Partilha do Pré-Sal.

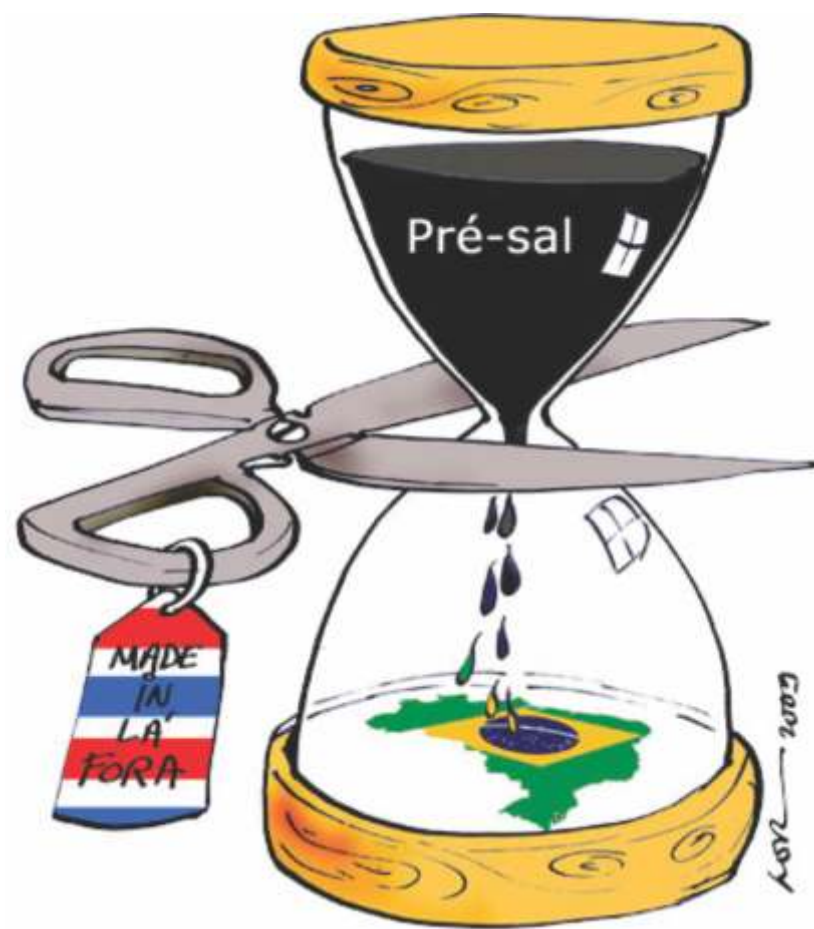
O governo interino de Michel Temer e o presidente da Petrobrás, Pedro Parente, já declararam publicamente o apoio ao PL 4567/16, confirmando o que a FUP já vinha há tempos alertando: o Pré-Sal está no centro do golpe.

Intensificar a luta

A FUP e seus sindicatos, que desde o ano passado vêm conduzindo greves nas bases do Sistema Petrobrás e mobilizações no Congresso Nacional para impedir

que o Pré-Sal seja entregue às multinacionais, irão intensificar a luta em defesa da soberania nacional.

O coordenador da FUP, José Maria Rangel, reforça a importância de todos os setores da sociedade civil organizada se somarem à mobilização da categoria: “Nossa resistência tem que ser maior a cada dia que passa. Nós petroleiros temos a obrigação de sermos ponta de lança nessa disputa, mas temos a clareza de que sozinhos a gente não ganha essa batalha. Se não houver um movimento como foi ‘o petróleo é nosso’, eles vão sucatear a Petrobrás e levar o Pré-Sal”.



## O futuro da nação em risco

Liberar a operação do Pré-Sal é o primeiro passo para acabar com o regime de partilha, conquistado a duras penas pelo povo brasileiro para que o Estado possa utilizar os recursos do petróleo em benefício da população. Não podemos permitir que a maior reserva de petróleo da atualidade seja entregue à exploração predatória das multinacionais.

Tirar da Petrobrás a exclusividade na operação do Pré-Sal é um ataque frontal à soberania, com o objetivo claro de fragilizar a maior empresa brasileira e a política de conteúdo nacional. Acabar com a garantia legal da Petrobrás ter participação mínima de 30% nos campos licitados fará com que a empresa perca no futuro 82 bilhões de barris de petróleo, no mínimo, levando em conta as estimativas de que o Pré-Sal tenha pelo menos 273 bilhões de barris de reservas, como revelam estudos recentes. Nenhuma empresa no mundo abriria mão de

todo esse petróleo, como pretendem fazer os golpistas entreguistas.

Além disso, a Petrobrás é a única operadora que movimenta a cadeia nacional do setor, gerando empregos e investimentos no país. É também a única petrolífera no mundo que detém domínio tecnológico para operar o Pré-Sal com custos abaixo da média mundial. Menores custos significam mais recursos para a educação e a saúde.

O povo brasileiro não pode permitir que o nosso petróleo seja entregue à Chevron e às outras multinacionais, como prometeu José Serra. O Pré-Sal, além de fazer do país um dos maiores produtores de petróleo do planeta, é a maior riqueza que a nação dispõe para garantir desenvolvimento econômico e social.



[WWW.SINDIPETROPRSC.ORG.BR](http://WWW.SINDIPETROPRSC.ORG.BR)

**Organização Sindical**

# Mobilizar para manter empregos e direitos

Construir a mobilização pela base. Esse foi o objetivo da série de reuniões em todos os locais de trabalho realizada pelo Sindipetro Paraná e Santa Catarina na última semana. O momento que a Petrobras atravessa é bastante delicado e requer uma ação incisiva dos trabalhadores para preservar os empregos, evitar o desmanche da empresa e até mesmo a sua possível privatização.

As reuniões serviram para expor aos petroleiros(as) sobre essa conjuntura turbulenta da empresa e ouvir da base as propostas de formas de mobilização para enfrentar os problemas colocados, sobretudo a intensa redução de efetivo causada por mais um Plano de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV), mas desta vez sem critérios e com a porta de saída escancarada. E o pior, sem nenhum compromisso por parte da empresa de recompor o número de postos de trabalho.

**Repar**

As reuniões com a base da Repar aconteceram nos dias 27 e 30 de junho, na Sede do Sindipetro. Foram analisados os postos de trabalho de todos os setores, os desfalques históricos e os provocados pelos dois PIDVs, assim como os impactos na segurança que já se apresentam e podem se agravar em curto prazo.

Um das principais críticas constatadas foi a ausência de diálogo dos gestores com os trabalhadores sobre como ficará cada setor após a conclusão do PIDV. Por isso, o Sindicato aguarda a apresentação do Plafort, um novo sistema de análise de efetivo da Petrobrás, que já deveria ter sido realizada pelo RH da Refinaria, e assim ter a oportunidade de dialogar com a empresa sobre as reivindicações dos trabalhadores.

Os petroleiros da Repar também debateram sobre as formas de mobilizações realizadas pela categoria. Esse ponto será aprofundado coletivamente em um seminário a ser realizado após o retorno da delegação do Sindipetro PR e SC que vai a VI Plenária Nacional da FUP. Já a discussão sobre o efetivo será nivelada com a base nos próximos Bate-Papos Sindicais.

**SIX**

A preocupação com a redução do efetivo também foi o foco do debate com os petroleiros da Usina do Xisto, principalmente por causa da unidade de pesquisa, formada por várias outras pequenas unidades. A empresa anunciou que o número de operadores vai cair dos atuais 34 para 17, mas ainda sem avaliar os impactos do PIDV na unidade, o que pode deixar esse número menor. Como ainda não se sabe quanto vão aderir ao Programa, o encaminhamento retirado foi de não operar duas unidades da pesquisa simultaneamente.

Outra pauta de apreensão da base foi com relação ao fechamento da Usina, tendo em vista o Grupo de Trabalho da Petrobrás sobre a viabilidade econômica da SIX. Neste ponto, as últimas notícias são positivas. O processamento de lastro (resíduos de tanques) está dando bons resultados e indica que há grandes chances para avançar ainda mais. As reuniões entre o Ministério de Minas e Energia (MME), o Sindipetro e a Petrobrás demonstraram interesses mútuos com relação à continuidade operacional. Outra informação animadora foi que o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) vai liberar em breve as licenças para comercialização dos quatro produtos do Projeto Xisto Agrícola (água de xisto, calcário de xisto, finos de xisto e xisto retornado), o que deve impulsionar a viabilidade econômica da Usina.

Por ter uma pauta extensa, a pauta sobre as formas de mobilização ficou para ser debatida na próxima reunião.

**Transpetro**

Nas bases da Transpetro (Temirim, Teguçu, Tejaí, Tefran e Tepar) houve consenso de que o Sindicato deve priorizar as pautas históricas da categoria, principalmente o combate à privatização.

Os debates foram longos e apontaram que a manutenção dos direitos é outra pauta de grande relevância. Por isso, a luta nesta Campanha Reivindicatória é pela preservação do Acordo Coletivo de Trabalho.

O reconhecimento de que a falta de mobilização, seja para lutar contra a venda de ativos ou para fortalecer os representantes dos trabalhadores nas negociações deste ACT, é algo extremamente prejudicial à categoria. Portanto é fundamental o envolvimento cada vez maior da força de trabalho petroleira nas atividades sindicais.



Davi Machado



Divulgação



Divulgação

**Aposentados e Pensionistas**

## Ação de revisão de aposentadoria do INSS aos aposentados antes de novembro de 88

O Sindicato comunica os aposentados e pensionistas vai ingressar, por intermédio da assessoria jurídica Sidnei Machado e Advogados Associados, com novas ações de revisão de aposentadoria ou pensão por morte pagas pelo INSS.

Podem ingressar com a ação aqueles trabalhadores que se aposentaram entre 06.1973 e 10.1988, inclusive suas pensionistas. No caso das pensionistas, a data para identificar se tem direito é a data de concessão da aposentadoria e não necessariamente a data da concessão da pensão por morte. Por exemplo, se a aposentadoria do falecido foi concedida antes de 11.1988 e a pensão por morte após, mesmo assim é possível requerer a revisão, pois o que importa é a data da concessão do benefício originário.

Para ingressar com a ação e para mais esclarecimentos, inclusive sobre os documentos necessários para dar andamento à revisão, o interessado deve entrar em contato com a Secretaria dos Aposentados do Sindicato pelo telefone (41-3332.4554) ou com a assessoria jurídica (Dr. Eduardo ou Dr. Roberto).

**Plantão Jurídico**

O Sindicato lembra, ainda, que todas as quartas-feiras, no período da tarde, há plantão do jurídico na sede do Sindicato (Curitiba). Para aqueles que preferirem ser atendidos diretamente pelo advogado, basta entrar em contato com o Sindicato e agendar o melhor horário.

**Arte Popular**

## Mosaico sobre o pré-sal foi construído de forma coletiva


**ARTE** Painel serviu para sensibilizar a população sobre o tema 'pré-sal'

O mosaicista equatoriano Javier Guerrero (na foto ao centro), em parceria com o Sindipetro Paraná e Santa Catarina, criou durante quinze dias, no mês de junho, um painel sobre o tema "defesa do pré-sal".

O painel foi construído de forma coletiva. Na medida em que as pessoas paravam na barraca para observar o trabalho e conversar, o artista as convidava para colar uma peça de cerâmica no mosaico.

A obra foi produzida em espaços públicos de Curitiba, como a Boca Maldita e a Reitoria da UFPR, pois a intenção foi sensibilizar a população sobre a importância do pré-sal para o país. "Eu parto do princípio que se você é um militante social e um artista, você tem que estar na rua. A arte surge do povo, depois a burguesia se apropria e chama de obra prima. Eu fiquei muito contente em poder criar este mosaico porque foi uma forma de dialogar e discutir a necessidade de manter o pré-sal nas mãos do povo brasileiro, pois embora não tenha nascido aqui, me sinto um brasileiro", disse Javier.

O mosaico está em exposição no salão do auditório do Sindipetro.

► **Negligência**

# Tepar nega transporte na rodovia da morte

A mais recente tragédia no trecho capital-litoral da BR 277 causou a morte de seis pessoas por carbonização. Um caminhão-tanque carregado com 40 mil litros de etanol, em alta velocidade e com problemas nos freios, capotou na altura do km 33. A carga quebrou a mureta, invadiu a pista contrária e atingiu 13 veículos. O acidente aconteceu no último domingo (03).

Tentar imaginar a cena causa terror em qualquer pessoa, mas o sentimento é ainda pior para os trabalhadores do Terminal Transpetro de Paranaguá (Tepar) que residem em Curitiba. Há vários anos o Sindipetro Paraná e Santa Catarina cobra a ampliação do contrato de transporte para que contemple os empregados que moram na capital, uma vez que muitos quando fizeram os concursos em seus editais constava a informação que o polo de trabalho era Curitiba/Paranaguá. Ao longo dos últimos anos vários acidentes foram registrados neste trecho da rodovia. Um dos acidentes, inclusive, chegou a envolver 15 veículos.

Diante da negativa irresponsável da gerência local à pauta do transporte, os trabalhadores foram obrigados a contratar por conta própria uma van para fazer o traslado capital/litoral/capital. Por mais de uma vez o veículo se envol-



**ACIDENTES** Trecho Curitiba-Litoral da BR 277 assusta pela gravidade e quantidade de acidentes registrados

veu em acidentes. Em 2012, por exemplo, a van bateu na traseira de um caminhão e ficou sanfonada e um petroleiro chegou a ficar internado por três dias. Outros acidentes ocorreram por conta da precarização deste serviço. Na sexta-feira (01) que precedeu a tragédia com o caminhão-tanque, os petroleiros passaram por mais um grande susto. O motorista substituto cochilou na direção e o veículo teve que ser controlado pelos passageiros. O motivo alegado foi o cansaço por ter feito uma longa viagem no dia anterior, tendo poucas horas para o descanso.

Nas reuniões de negociação da pauta local, a gerência geral do Tepar deturpa e minimiza o risco que os trabalhadores estão sujeitos a todo dia nesta perigosa rodovia, além de dizer que não tem autonomia para essa contratação específica. Por outro lado, em períodos de mobilização, a gerência dispõe de verbas para enviar condução para os empregados que acreditam possuir cargos de confiança ou que não respeitam a deliberação democrática da categoria de suspender as atividades, conforme debatido e deliberado em assembleias.

A contratação de um serviço

de transporte para os funcionários de Curitiba enquadraria a empresa prestadora de serviços nas regras exigidas pela Petrobrás, como por exemplo o período de descanso dos motoristas, o que aumentaria a segurança mediante a fiscalização direta do serviço prestado. Os trabalhadores em sua maioria têm consciência do momento difícil que a companhia enfrenta. Entretanto, não é

nada razoável que as reduções de custo na área do transporte não atinjam os veículos de usos das gerências. Conforme já argumentado nas reuniões de pauta local, a diminuição de apenas um dos carros gerenciais seria suficiente para arcar com o valor para o pagamento de uma van com capacidade para mais de 15 trabalhadores. Bastaria que alguns gerentes tivessem consciência e se programassem para utilizar um único veículo. Carona e empatia não fazem mal para ninguém.

## Discriminação

O contraste na forma de tratamento do transporte que a holding tem com sua subsidiária é gritante. Por muitos anos, enquanto a Petrobrás manteve um quadro de engenheiros no Tepar, esses empregados possuíam traslado de Curitiba através de contrato feito pela companhia.

Outra discriminação é percebida no caso dos trabalhadores da Petrobrás que atuam na construção de módulos de plataformas em Pontal do Paraná, também no litoral, que contam com transporte contratado pela empresa.

## Próximos passos

Diante da negligência da gerência local com relação à segurança deste grupo de trabalhadores, o Sindipetro PR e SC vai tratar dessa reivindicação com instâncias superiores da empresa, tendo em vista a falta de boa vontade (ou incompetência) disfarçada de ausência de autonomia.

## FUP cobra acesso a documentos que comprovem fraudes no Benefício Farmácia

Mais de uma semana após a mídia noticiar casos de irregularidades no Benefício Farmácia, constringendo publicamente os trabalhadores do Sistema Petrobrás, a FUP ainda não teve acesso às documentações que comprovem a ocorrência de irregularidades na execução do programa.

No dia 01 de julho a Federação reuniu-se com a Global Saúde, na sede da entidade, no Rio de Janeiro, para buscar esclarecimentos sobre as fraudes que estão sendo objeto de investigação, bem como cópias das documentações que comprovam o mau uso do benefício. A empresa, no entanto, não atendeu à solicitação, alegando segredo de justiça, mas informou que todos os documentos já haviam sido encaminhados à Petrobrás.

No dia 27 de junho, a FUP já havia protocolado junto ao RH documento cobrando a criação de uma comissão paritária para apuração das irregularidades no

Benefício Farmácia, mas a empresa não respondeu. Na mesma semana, no dia 29 de junho, o Tribunal de Contas da União (TCU) recomendou à Petrobrás que rompa o contrato com a E-Pharma e realize licitação para escolha da nova operadora. O TCU também determinou que a empresa mantenha o benefício conforme assegura o Acordo Coletivo e pague os reembolsos pendentes dos medicamentos comprados diretamente pelos trabalhadores.

No próximo dia 26 de julho, quando está agendada reunião com a Petrobrás de acompanhamento do ACT, a FUP exigirá da empresa transparência em relação às investigações internas e os desdobramentos das medidas recomendadas pelo TCU.

As irregularidades no Benefício Farmácia devem ser rigorosamente apuradas e punidas, mas não podem ser utilizadas para inviabilizar uma das maiores conquistas da categoria petroleira dos últimos anos.

► **Entrevista: Paulo César Martin**

## “Se não resolver o déficit, durante 20 anos os benefícios do Petros 1 serão pagos, mas a futura geração de aposentados seria prejudicada”

O conselheiro administrativo da Petros eleito pelos trabalhadores, Paulo César Martin, fez palestras duas palestras, em Joinville e Curitiba, durante o mês de junho a convite do Sindipetro PR e SC. Na pauta, os assuntos que mais interessam aos beneficiários e participantes do Plano Petros 1: o déficit acumulado e as possíveis formas de equacionamento. Quem não compareceu às palestras, pode se inteirar sobre os temas nesta entrevista com o conselheiro PC.

**JS - Qual é o tamanho do déficit apresentado pelo Plano Petros 1?**

**PC - Os números fecham no mês de julho, mas no Plano Petros 1 infelizmente devemos ter um déficit de 23 bilhões.**

**JS - Quais são as razões do déficit: erros administrativos nos investimentos ou queda do mercado financeiro?**

**PC - É uma conjugação desses fatores. Nós temos desde os erros na administração dos recursos, e aí podemos citar o caso da 7 Brasil, que se realmente ocorrer o prejuízo que está previsto e não houver recuperação, a Petros perderia R\$ 1 bilhão e 400 milhões. Temos a queda do mercado financeiro que afeta todo o patrimônio da Petros, seja na área de imóveis ou na área de ações, pois com a crise financeira, os valores dos patrimônios que a Petros tem caiu. Todos os fundos de pensão estão passando por essa situação. Temos também o aumento dos compromissos do Plano Petros. Nos últimos cinco anos ocorreu uma enxurrada de ações judiciais dos aposentados e pensionistas. Só na base de representação do meu Sindicato lá na Bahia a Petros já pagou R\$ 28 milhões em ações e esses recursos estão saindo do Plano Petros. Todos os aposentados e pensionistas tiveram um aumento real de 15% ou ainda vão ter por causa dos três níveis, cada nível é 5%, e esses recursos também estão saindo do Plano.**

Também houve um aumento das despesas com o pessoal da ativa. Só para citar um número aqui, há 10 anos o pessoal da ativa que estava abaixo do teto do Plano Petros era 50%. Hoje praticamente 90% do pessoal da ativa já está acima do teto, ou seja, em menos de 10 anos os trabalhadores da ativa tiveram um aumento da remuneração muito rápido. O Plano Petros garante a última ou a média das últimas remunerações e aí o Plano não teve capacidade de capitalizar nesse curto espaço de tempo para poder suportar o aumento dessas despesas.

**JS - A mudança no perfil da família dos petroleiros e o aumento da expectativa de vida influenciaram negativamente o plano?**

**PC - No caso do aumento da expectativa de vida, isso já estava incorporado desde os últimos anos quando foi mudada a tábua de mortalidade e recalculado o passivo. Em 2015, dois grandes efeitos contribuíram para esse resultado negativo. Um é a questão da família real petroleira, que antes se usava a família padrão e nesse caso a diferença foi que a idade entre o casal aumentou muito. Antes, a hipótese da família padrão que era utilizada previa a diferença de idade era no máximo 10 de anos, mas dos últimos 20 anos pra cá isso mudou radicalmente e hoje essa diferença entre o casal é muito maior do que 10 anos. Só nesse**



**CASA CHEIA** Palestra com o conselheiro da Petros lotou o auditório do Sindicato

caso o impacto negativo no Plano Petros 1 é de quase R\$ 5 bilhões. O outro efeito é o teto operacional de 90%. Havia uma trava no sistema que quando a média salarial atingia o teto, ele recebia 90% do previsto, o que é contra o regulamento do plano. Isso será corrigido e vai afetar no passivo do plano, porque não apenas as aposentadorias concedidas, como as futuras, vão ter que obedecer ao teto do plano e não só os 90%. Só aí são mais R\$ 4 bilhões de impacto. Então, todo esse conjunto de fatores contribuíram negativamente para que o Plano Petros 1 provavelmente feche o exercício de 2015 com esse déficit em torno de R\$ 23 bilhões.

**JS - Quais são as formas previstas para o equacionamento do plano?**

**PC - Existem três formas: redução de benefício, aumento da contribuição normal e aumento da contribuição extraordinária. Redução de benefícios só poderia ser aplicado para o pessoal da ativa, não para quem já está aposentado ou recebendo benefício, como é o caso das pensionistas e dos dependentes. O aumento da contribuição normal é a taxa que os ativos pagam sobre o salário e o aposentado paga sobre a suplementação, já a pensionista não paga. A terceira forma é a instituição de uma contribuição extraordinária, que nesse caso todos pagam. O ativo aumenta seu investimento, porque além da sua contribuição, vai pagar a taxa extraordinária, ambas sobre o salário. No caso do aposentado, a taxa extraordinária incidirá sobre a suplementação. A pensionista que não paga nada, vai passar a pagar a taxa extraordinária também. E da**

parte que cabe à empresa também terá a taxa extraordinária. O que eu acho mais viável para o equacionamento do déficit é você pegar as questões estruturais do plano e aumentar a contribuição normal. As questões estruturais são a família real e o 100% do teto. Então você aumentaria a taxa normal e para cobrir o déficit resultante aplicaria uma contribuição extraordinária. Na minha visão, o menos traumático seria aumentar a taxa normal para cobrir as questões estruturais e uma taxa extraordinária para cobrir as questões conjunturais do plano, que é o mercado financeira, o aumento das despesas e da redução do patrimônio.

**JS - A partir de quando e quanto você imagina que vai custar esse equacionamento?**

**PC - A discussão se dará no segundo semestre de 2016. Quando esse plano de equacionamento estiver aprovado pelo Conselho Deliberativo da Petros e pelo órgão de fiscalização do governo, que é a PREVIC, essa taxa extra deverá ser implantada a partir de janeiro ou fevereiro de 2017. Com relação à taxa, eu seria leviano de afirmar um valor porque ainda nem houve a discussão. Tem várias simulações, mas nenhum número definitivo. Existem vários percentuais, mas de situações distintas, que por enquanto não podemos divulgar porque seria mera especulação.**

**JS - Existem riscos com**

relação ao pagamento dos benefícios?

**PC - Hoje, com o patrimônio que o Plano Petros tem, se não resolver o problema do déficit, durante 20 anos os benefícios serão pagos normalmente. O problema é que quando você não resolve o déficit, esse recurso que está faltando você deixa de colocar no plano e perde a capitalização, perde os juros em cima dessas novas contribuições. Quanto mais postergar a cobertura do déficit, ele acumula e fica maior para o futuro. O problema não atingiria a geração atual de aposentados e pensionistas, mas fatalmente depois de 20 anos o déficit seria muito maior e mais difícil de pagar para a nova geração de aposentados, que são aqueles que estão na ativa hoje.**

**JS - Como está a saúde financeira do Plano Petros 2?**

**PC - O Plano Petros 2 tem uma estrutura diferente do Petros 1. Ele está com um patrimônio de R\$ 11 bilhões. Já é o maior plano de previdência fechado do país. Por exemplo, o Plano Previ Futuro tem R\$ 7 bilhões e foi criado em 2000. O Petros 2 foi instituído em 2008 e já está com R\$ 11 bilhões de patrimônio. Isso acontece porque ele tem uma capitalização muito forte. Obriga tanto a patrocinadora como o participante a colocar mais recursos do que colocava no Plano Petros. Portanto, da forma como ele foi desenhado, eu diria que é praticamente impossível apresentar déficit no futuro.**

**Assista a entrevista completa e a palestra no canal do Sindipetro PR e SC no Youtube ou no site [www.sindipetroprsc.org.br](http://www.sindipetroprsc.org.br)**

